
ORALIDADE E ESCRITA*

Luiz Antônio Marcuschi**

RESUMO

Partindo da premissa de que não é possível analisar as relações entre língua falada e língua escrita centrando-se apenas no código lingüístico, este ensaio considera a produção discursiva em seu todo como uma *prática social* e analisa os contextos de produção, os usos e as formas de transmissão da oralidade e da escrita na vida diária. Para isso propõe a dupla distinção entre: (a) *oralidade e letramento* como práticas sociais e (b) *fala e escrita* como modalidades de uso, recaindo a primeira na observação da realidade sociocomunicativa e, a segunda na análise de fatos lingüísticos. Identifica, assim, as diversas tendências teóricas atuais no trato da questão e postula uma perspectiva que recusa toda e qualquer visão dicotômica e simplista, adotando como posição adequada a relação multifatorial entre as duas práticas dentro de um contínuo de usos e gêneros textuais, negando propriedades intrínsecas, positivas ou negativas, imanentes à oralidade ou à escrita.

1. Oralidade e escrita no contexto das práticas sociais

Hoje, é impossível investigar os fenômenos da *oralidade* e da *escrita* sem uma referência direta ao papel dessas duas práticas na civilização contemporânea. De igual modo, já não se pode observar satisfatoriamente as semelhanças e diferenças entre oralidade e escrita sem considerar a distribuição de seus usos na vida diária. Assim, fica difícil, se não

* Conferência de abertura do *II Encontro Franco-Brasileiro de Ensino de Língua*, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, em outubro de 1995.

** Doutor em Filosofia da Linguagem pela Universidade de Erlangen, Alemanha. Professor Titular de Lingüística da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

impossível, o tratamento das relações entre a fala e a escrita centrando-se exclusivamente no código. Mais do que uma simples mudança de perspectiva, isto representa a construção de um novo objeto de análise e uma nova concepção de língua e de texto, agora vistos como *práticas sociais*.

A escrita, enquanto prática social, tem uma história rica e multifacetada (não-linear e cheia de contradições) ainda por ser esclarecida, como lembra Graff (1994). Numa sociedade como a nossa, a escrita é mais do que uma tecnologia. Ela *se tornou* um bem social indispensável para enfrentar o dia-a-dia, seja nos centros urbanos ou na zona rural. Neste sentido, pode ser vista como essencial à própria sobrevivência. Não por virtudes que lhe são imanentes, mas pela forma como se impôs e a violência com que penetrou. Por isso, friso que ela *se tornou* indispensável.

Não obstante isso, sob o ponto de vista mais central da realidade humana, seria possível definir o homem como um *ser que fala*, mas não como um *ser que escreve*, o que traduz a convicção, hoje tão generalizada quanto trivial, de que a escrita é derivada e a fala é primária. Não é necessária muita genialidade para constatar que todos os povos, indistintamente, têm ou tiveram uma tradição oral, mas relativamente poucos tiveram ou têm uma tradição escrita. Não se trata, com isto, de colocar a oralidade como mais importante, mas de perceber que a oralidade tem uma “primazia cronológica” indiscutível. (Cf. Stubbs, 1980)

Contudo, mais urgente (e relevante) do que identificar primazias ou supremacias entre oralidade e escrita, e até mesmo mais importante do que observar oralidade e escrita como simples modos de uso da língua, é a tarefa de esclarecer a natureza das práticas sociais que envolvem o uso da língua (escrita e oral) de um modo geral. Essas práticas determinam o lugar, o papel e o grau de relevância da oralidade e da escrita numa sociedade e justifica que a questão da relação entre ambas seja posta no eixo de um contínuo tanto sócio-histórico como tipológico.

A fala é adquirida naturalmente em contextos informais do dia-a-dia. A escrita, em sua faceta institucional, se adquire em contextos formais: na escola. Daí também seu caráter mais prestigioso como bem cultural desejável. Daí também o fato de uma certa identificação entre alfabetização e escolarização, o que não passa de um equívoco (Cf. Graff, 1995 e

Frago 1994). Pois houve situações históricas, tal como o caso da Suécia, em que a alfabetização deu-se desvinculada da escolarização.

Quanto à presença da escrita, pode-se dizer que, mesmo criada pelo engenho humano tardiamente em relação à presença da oralidade, ela permeia hoje quase todas as práticas sociais dos povos em que penetrou. Até mesmo os analfabetos, em sociedades com escrita, estão sob a influência do que contemporaneamente se convencionou chamar de *letramento (literacy)*, isto é, um tipo de processo histórico e social que não se confunde com a realidade representada pela alfabetização regular e institucional lembrada há pouco.

A escrita é usada em contextos sociais básicos da vida cotidiana em paralelo direto com a oralidade. Estes contextos, entre outros, são:

- a escola
- a família
- o dia-a-dia
- o trabalho
- a vida burocrática
- a atividade intelectual.

Em cada um desses contextos, as ênfases e os objetivos do uso da escrita são variados e diversos. Inevitáveis relações entre escrita & contexto devem existir, fazendo surgir tipos e formas textuais, bem como terminologias e expressões típicas. Seria interessante que a escola soubesse algo mais sobre essa questão para enfrentar sua tarefa com maior preparo e maleabilidade, servindo até mesmo de orientação na seleção de textos e definição de níveis de linguagem a trabalhar.

Há, portanto, uma distinção bastante nítida entre a *apropriação/distribuição* da escrita e da leitura (*padrões de alfabetização*) e os *usos/papéis* da escrita e da leitura (*processos de letramento*) enquanto práticas sociais mais amplas. Sabemos muito sobre métodos de alfabetização, mas sabemos pouco sobre processos de letramento, ou seja, sabemos pouco sobre a influência e penetração da escrita na sociedade. Mesmo pessoas ditas “iletradas”, ou seja, analfabetas, não deixam de estar sob a influência de estratégias da escrita em seu desempenho oral, o que torna o uso do termo “iletrado” muito problemático em sociedades com escrita (v. mais sobre o assunto em Tfouni, 1988).

Além disso, ainda não sabemos com precisão *que gêneros de textos* (orais e escritos) são os mais correntes em cada um dos contextos acima apontados e *quem é* que faz uso mais intenso da escrita dentro deles.¹ Tome-se o caso do trabalho. Ali, nem todos fazem uso da escrita na mesma intensidade ou em condições idênticas. Não é apenas uma questão de

distribuição de tarefas. É também uma questão de delegação de tarefas, um fato muito comum na prática da escrita em contextos de trabalho. Em quase todos os ambientes de trabalho há alguém (uma determinada pessoa) que *sabe escrever*, alguém que tem um desempenho escrito considerado “ideal” para aquele contexto.²

Se partimos para o ambiente familiar, podemos indagar: que uso da leitura e da escrita é feito em casa? Para que se usa a escrita e a leitura em casa? Não resta dúvida de que leitura e escrita é uma prática comunicativa interessante e proveitosa em muitos sentidos. Há o jornal e a revista para serem lidos. Há cartões e cartas pessoais para serem escritos. Há cheques para assinar, contas a fazer, recados a transmitir e listas de compras a organizar.³ Há as ocorrências a registrar (os famosos livros de registro de todos os condomínios). Há historinhas a contar antes de dormir. As fofocas do dia a pôr em ordem etc. etc.

Não sabemos, no entanto, como tudo isso interage com outros meios comunicativos, por exemplo o telefone, o rádio, a TV e assim por diante. Em suma, pouco sabemos a respeito das relações entre os diversos tipos de atividades comunicativas. Continua aberta a indagação: que tipo de valorização se dá à escrita e à oralidade na vida diária?

Retornemos, por um momento, a algumas questões relativas à alfabetização, pois será importante constatar que a escrita, após se tornar um fenômeno de massa e desejável a todos os seres humanos, passou a receber um *status* bastante singular no contexto das atividades cognitivas de um modo geral. Para muitos, o seu domínio se tornou um passaporte para a civilização e para o conhecimento.⁴ Trata-se de uma tendência a reconhecer valores imanescentes à própria tecnologia como tal.

As confusões aqui são imensas. Primeiro, devemos distinguir entre *letramento*, *alfabetização* e *escolarização*. O letramento é um processo de aprendizagem social e histórica da leitura e da escrita em contextos informais e para usos utilitários. A alfabetização pode dar-se, como de fato se deu historicamente, à margem da instituição escolar e compreende o domínio ativo e sistemático das habilidades de ler e escrever. A Suécia alfabetizou 100% de sua população já no final do século XVIII no ambiente familiar e para objetivos que nada tinham a ver com o desenvolvimento e sim com práticas religiosas e atitudes de cidadania. A escolarização, por sua vez, é uma prática formal e institucional de ensino que visa a uma formação integral do indivíduo, sendo que a alfabetização é apenas

uma das atribuições/atividades da escola. A escola tem projetos educacionais amplos, ao passo que a alfabetização é uma habilidade restrita.

Retomando o tema acima, podemos identificar, entre as perguntas centrais a seguinte: *Em que contextos e condições são usadas a oralidade e a escrita, isto é, quais são os usos da oralidade e da escrita em nossa sociedade?*

Por exemplo, quais são as demandas básicas da escrita em nossa sociedade, relativamente ao trabalho? Em que condições e para que fins a escrita é usada? Em que condições e para que fins a oralidade é usada? Qual a interface entre a escola e a vida diária no que respeita à alfabetização? Como se comportam os nossos manuais escolares neste particular? Que habilidades são ensinadas na escola e com que tipo de visão se passa a escrita? O que é que o indivíduo aprende quando aprende a ler e escrever?

Seguramente, estas questões devem ser tratadas em várias direções. Parece que homens e mulheres não fazem uso da escrita do mesmo modo. Parece que a escrita tem uma perspectiva na escola e outra fora dela. Também há o problema do acesso à escrita que é diferenciado. Além do mais, não é necessário ir muito longe (cf. Street, 1984) para perceber o quanto a escrita foi tratada como algo superior, autônomo, com valores intrínsecos etc., tornando-se fonte de preconceitos.

Na sociedade atual, tanto a oralidade quanto a escrita são imprescindíveis. Trata-se, pois, de não confundir seus papéis e seus contextos de uso, e de não discriminar os seus usuários. Por exemplo, há quem equipare a alfabetização (domínio ativo da escrita e da leitura) com *desenvolvimento*. Outros sugerem que a entrada da escrita representa a entrada do raciocínio lógico e abstrato. Ambas as teses estão cheias de equívocos. Mas é evidente que a alfabetização continua fundamental.

Eric Havelock⁵ (citado por Graff, 1995:38) comenta a tardia entrada da escrita na humanidade e sua repentina supervalorização com estas palavras:

O fato biológico-histórico é que o *homo sapiens* é uma espécie que usa o discurso oral, manufaturado pela boca, para se comunicar. Esta é sua definição. Ele não é, por definição, um escritor ou um leitor. Seu uso da fala, repito, foi adquirido por processos de seleção natural operando ao longo de um milhão de anos. O hábito de usar os símbolos

escritos para representar essa fala é apenas um dispositivo útil que tem existido há pouco tempo para poder ter sido inscrito em nossos genes, possa isso ocorrer ou não meio milhão de anos à frente. Segue-se que qualquer linguagem pode ser transposta para qualquer sistema de símbolos escritos que o usuário da linguagem possa escolher sem que isso afete a estrutura básica da linguagem. Em suma, o homem que lê, em contraste com o homem que fala, não é biologicamente determinado. Ele traz a aparência de um acidente histórico recente...

Refletindo sobre essas observações, Graff (1995) lembra que a “cronologia é devastadoramente simples”: enquanto espécie, o *homo sapiens* data de cerca de um milhão de anos. A escrita surgiu pouco mais de 3.000 anos antes de Cristo, ou seja, há 5.000 anos atrás. No ocidente, ela entrou por volta de 600 A.C., chegando a pouco mais de 2.500 anos hoje. E a imprensa surgiu em 1450, tendo pouco mais de 500 anos. Para a maioria dos estudiosos, a alfabetização, como fenômeno cultural de massa, pode ser quase ignorada nos primeiros 2000 anos de sua história ocidental, pois ficou restrita a uns poucos focos.

Contudo, observa Graff (1995:39) que essa história não é tão linear assim e oferece muitos truncamentos. A história do uso da escrita e da alfabetização no ocidente é uma história descontínua. Para o autor, a história da alfabetização no Ocidente é “uma história de contradições e que um reconhecimento explícito disso é um pré-requisito para uma compreensão plena daquela história.” (p.43). É muito interessante a breve análise de Graff (pp.43-52) sobre as relações entre a alfabetização e os processos de industrialização. Ele mostra que essa relação não foi constante, nem sequer se deu numa ordem de concomitância. Tanto assim que a primeira revolução industrial da Inglaterra mostrou índices regressivos de alfabetização. Também não se dá que os povos ou grupos mais alfabetizados tenham sido sempre os mais prósperos. Veja-se o já lembrado caso antológico da Suécia, plenamente alfabetizada já no século XVIII e economicamente marginalizada.

Os próprios planos sugeridos pela UNESCO baseiam-se na crença de que “a alfabetização é uma coisa boa” e que “a pobreza, a doença e o atraso geral estão vinculados com o analfabetismo”, sendo que por sua vez “o progresso, a saúde e o bem-estar econômico estão igualmente de forma auto-evidente vinculados com a alfabetização”. Parece que progresso está ligado à alfabetização, de modo que esta teria um valor intrín-

seco desejável ao indivíduo. Contudo, a história da alfabetização não comprova as expectativas da UNESCO. Por outro lado, é forçoso conceder que vivemos hoje tempos diversos que os da Idade Média ou dos primórdios da industrialização. Mas não deixa de ser falacioso usar isto como argumento a favor da supremacia da escrita. A escrita é um fato histórico e deve ser tratado como tal e não como um bem natural.

É forçoso admitir que a escrita tem hoje um papel muito diferente do que aquele que ela tinha em outros tempos e culturas. Portanto, a história do papel da escrita na sociedade e da própria relevância da alfabetização não é linear. Nem sempre ela teve os mesmos objetivos e efeitos. A este respeito, chega a ser surpreendente a posição de Graff (1995:47) quando conclui que:

no mínimo, os dados do passado sugerem fortemente que modelos de alfabetização simplistas, lineares, do tipo 'teoria da modernização', como um pré-requisito para o desenvolvimento como um estimulante de níveis crescentes de escolarização, não são modelos apropriados.

A alfabetização tem alguns aspectos contraditórios. Pode ser útil ou preocupante aos governantes. Por isso, os que detêm o poder pensam que ela deveria dar-se de preferência sob o controle do Estado e nas escolas formalmente instituídas. Neste caso, o controle e a supervisão do Estado orientariam o ensino para *seus* objetivos. Isto sugere que a apropriação da escrita é um fenômeno "ideologizável".

Não obstante a imensa penetração da escrita e as profecias de absoluto domínio da escrita, a fala continua na ordem do dia. Nas palavras de Graff (1995:37), poderíamos dizer que:

A despeito das décadas nas quais os estudiosos vêm proclamando uma queda na difusão da cultura oral 'tradicional', a partir do advento da imprensa tipográfica móvel, continua igualmente possível e significativo situar o poder persistente de modos orais de comunicação."

A oralidade continua na moda. Parece que hoje redescobrimos que somos seres eminentemente orais, mesmo em culturas tidas como amplamente alfabetizadas. É, no entanto, bastante interessante refletir melhor sobre o lugar da oralidade hoje, seja nos contextos de uso da vida

diária ou nos contextos de formação escolar formal. O tema não é novo e tem longa tradição.⁶

2. Oralidade x Letramento ou Fala x Escrita?

Com base nas análises feitas até aqui, parece que se impõe uma observação preliminar de caráter teórico. Falci, até aqui, das relações entre *oralidade e escrita*. Pergunto-me, agora, sobre a necessidade ou oportunidade de distinguir entre duas dimensões de relações no tratameto da *lingua falada versus lingua escrita*:

(a) de um lado, *Oralidade x Letramento* e

(b) de outro lado, *Fala x Escrita*

Quanto a (a), tratar-se-ia de uma distinção entre *duas práticas sociais* tal como vistas anteriormente, e quanto a (b), seria uma distinção entre *duas modalidades de uso da lingua*. Não há dúvida de que a distinção (a) só pode ser levada em conta se consideramos primeiramente (b). Mas parecem dizer respeito a duas ordens de fenômenos.

A *oralidade* seria uma prática social que se apresenta sob variadas formas ou gêneros textuais que vão desde o mais informal ao mais formal e nos mais variados contextos de uso. Uma sociedade pode ser totalmente oral ou de oralidade secundária, como se expressou Ong (1987), ao caracterizar a distinção entre povos com e sem escrita.

O *letramento*, por sua vez, é o uso da escrita na sociedade e pode ir desde uma apropriação mínima da escrita, tal como o indivíduo que é analfabeto, mas sabe o valor do dinheiro, sabe o ônibus que deve tomar, sabe distinguir as mercadorias pelas marcas e sabe muita outra coisa, mas não escreve cartas nem lê jornal, até o indivíduo que desenvolve tratados de Filosofia e Matemática. Como se disse acima, letramento distinguir-se-ia de alfabetização, podendo, eventualmente, envolvê-la.

A *fala* seria uma forma de produção textual-discursiva oral, sem a necessidade de uma tecnologia além do aparato disponível pelo próprio ser humano. A *escrita* seria, além de uma tecnologia de representação abstrata da própria fala, um modo de produção textual-discursiva com suas próprias especificidades.

Hoje, são variadas as tendências dos estudos que se ocupam das relações entre *lingua falada e lingua escrita*, sem se colocar de forma

explícita a questão que proponho aqui. É relevante indagar-se se as relações entre fala e escrita, como faz Stubbs (1986), são uniformes, constantes e universais, ou se elas são diversificadas na história, no espaço e nas línguas. A seguir, darei, resumidamente, algumas pistas para fundamentar o ponto de vista que viabiliza a distinção entre (a) e (b) sugerida acima.

3. Fala x Escrita: a perspectiva das dicotomias

A primeira das tendências, a de maior tradição entre os lingüistas, é a que se dedica à análise das relações entre duas modalidades de uso da língua (fala x escrita) e percebe sobretudo as diferenças na perspectiva da dicotomia. A rigor, esta perspectiva tem matizes bem diferenciados. Num conjunto temos autores como Bernstein (1971), Labov (1972), Halliday (1985) (numa primeira fase), Ochs-Kennan (1979), representantes das dicotomias mais polarizadas e visão restrita; de outro lado, temos autores como Chafe (1982, 1984, 1985), Tannen (1982, 1985), Gumperz (1982), Biber (1986), Blanche-Benveniste (1990), Halliday/Hasan (1989) que percebem as relações fala e escrita dentro de um contínuo, seja tipológico ou da realidade social.

Nestes casos, trata-se, no geral, de uma análise que se volta para o código e permanece na imanência do fato lingüístico ao observar a relação do fenômeno lingüístico. Esta perspectiva, na sua forma mais rigorosa e restritiva, tal como vista pelos gramáticos, deu origem ao prescritivismo e à norma lingüística. É dela que conhecemos as dicotomias do tipo:

fala	escrita
contextualizada	descontextualizada
implícita	explícita
redundante	condensada
não-planejada	planejada
imprecisa	precisa
não-normatizada	normatizada

Estas dicotomias são sobretudo fruto de uma observação fundada na natureza das condições empíricas de uso da língua (envolvendo planejamento e verbalização), e não de características dos textos produzidos. Disto surgem visões distorcidas do próprio fenômeno textual. Exceção pode ser feita aos trabalhos de Tannen (1982, 1985) Gumperz (1983) e boa parte dos estudos de Chafe (1982, 1984, 1985), bem como de Biber (1988).

Esta perspectiva oferece um primeiro modelo que pode ser caracterizado como a *visão imanentista* que deu origem à maioria das gramáticas pedagógicas que se acham hoje em uso. Sugere dicotomias estanques com separação entre forma e conteúdo, separação entre língua e uso e toma a língua como sistema de regras, o que conduziu o ensino de língua ao ensino de regras gramaticais.

Esta visão, de caráter estritamente formal, embora dê bons resultados na descrição estritamente empírica, manifesta enorme insensibilidade para os fenômenos dialógicos e discursivos. Sua tendência é restritiva e a própria noção de regra por ela proposta é demasiado rígida. Uma de suas conclusões mais conhecidas é a que postula para a fala uma menor complexidade e uma maior complexidade para a escrita. De resto, trata-se de uma alternativa que conduz a seleções aparentemente fundadas em algum valor intrínseco aos signos linguísticos, mas na realidade, as decisões fundam-se em critérios e mecanismos sócio-culturais não explícitos.

4. Oralidade x Escrita: a tendência fenomenológica de caráter culturalista

Uma segunda tendência é a que observa muito mais a natureza das práticas da oralidade *versus* escrita e faz análises sobretudo de cunho cognitivo, antropológico ou social e desenvolve uma fenomenologia da escrita e seus efeitos na forma de organização e produção do conhecimento. Nela situam-se algumas das observações feitas na primeira parte deste ensaio.

Denomino este paradigma como *visão culturalista*, na sua formulação forte. Este tipo de visão é pouco adequado para a observação dos fatos da língua. Na verdade, se trata de uma perspectiva epistemológica desenvolvida sobretudo por antropólogos, psicólogos e sociólogos interes-

sados em identificar as mudanças operadas nas sociedades em que se introduziu o sistema da escrita. As características centrais desta visão poderiam ser assim resumidas:

cultura oral	<i>versus</i>	cultura letrada
pensamento concreto	<i>versus</i>	pensamento abstrato
raciocínio indutivo	<i>versus</i>	raciocínio dedutivo
atividade artesanal	<i>versus</i>	atividade tecnológica
cultivo da tradição	<i>versus</i>	inovação constante
ritualismo	<i>versus</i>	analiticidade

Esta visão não serve para tratar relações lingüísticas, já que vê a questão em sua estrutura macro e com tendência a uma análise da formação da mentalidade dentro das atividades psico-sócio-econômico-culturais de um modo amplo. Representantes desta perspectiva são, entre outros, Olson (1977), Scribner & Cole (1981), Ong (1986,1987) e Goody (1986,1987). Para estes autores a escrita representa um avanço na capacidade cognitiva dos indivíduos e, como tal, uma evolução nos processos noéticos (relativos ao pensamento em geral), que medeiam entre a fala e a escrita. Esses autores têm uma grande sensibilidade para os fatos históricos e não deixam de ter razão em boa parte de suas abordagens, mas isto não significa que estejam dizendo algo de substantivo sobre as relações textuais nas duas modalidades de uso da língua.

Biber (1988), que vê criticamente esta tendência, inicia sua obra sobre as relações entre a fala e a escrita frisando, com justeza, que a introdução da escrita no mundo foi um feito notável e correspondeu à transição do "mito" para a "história" se nos apoiamos na realidade dos documentos. Foi a escrita que permitiu tornar a língua um objeto de estudo sistemático. Com a escrita criaram-se novas formas de expressão e deu-se o surgimento das formas literárias. Com a escrita surgiu a institucionalização rigorosa do ensino formal da língua como objetivo básico de toda formação individual para enfrentar as demandas das sociedades ditas letradas. Não há, pois, como negar que a escrita trouxe imensas vantagens e consideráveis avanços para as sociedades que a adotaram, mas é forçoso admitir que ela *não possui algum valor intrínseco absoluto*. Trata-se

sobretudo do lugar **especial** que as sociedades ditas letradas reservaram a essa forma de expressão que a tornou tão relevante e quase imprescindível na vida contemporânea.

Numa extensa análise crítica à perspectiva culturalista de engrandecimento da escrita, Gnerre (1985) detecta nos autores ligados a essas correntes de pensamento alguns problemas que podem ser resumidos basicamente em três pontos:

- etnocentrismo
- supervalorização da escrita
- tratamento globalizante.

O etnocentrismo diz respeito a uma forma de ver as culturas alienígenas a partir da própria cultura e valorizar aspectos dentro de uma perspectiva em que se situa o autor. Tal teria sido o caso de Olson (1977) que além de ter procedido a "uma esquematização extrema da história social da escrita" (Gnerre, 1985:62), também teria agido como se a introdução da escrita significasse automaticamente a alfabetização da sociedade inteira. O certo é que "a escrita foi controlada essencialmente por grupos reduzidos e as 'culturas orais' existiram lado a lado com as tradições escritas dos grupos de elite". Acertadamente lembra Tfouni (1988) que as formas de raciocínio das camadas ditas analfabetas não são completamente diversas das camadas alfabetizadas, já que o letramento é um processo que penetra a sociedade independentemente da própria escolarização formal.

A supervalorização da escrita, sobretudo a escrita alfabética, leva a uma posição de supremacia das culturas com escrita ou até mesmo dos grupos que dominam a escrita dentro de uma sociedade desigualmente desenvolvida. Separa as culturas civilizadas das primitivas. Este aspecto deu origem a hipóteses muito fortes sobre a escrita, criando "uma visão quase mítica sobre a escrita". A escrita seria a responsável pelo surgimento do raciocínio silogístico, tendo em vista o fato de ela contribuir essencialmente para a descontextualização dos significados que criariam autonomia ao passarem da "cabeça" para o "texto no papel", fazendo assim surgir a descentralização do pensamento que passaria do concreto para o abstrato. Daí a impressão de autonomia da escrita.

Essa forma globalizante de ver a escrita ressentir-se da desatenção para o fato de que não existem "sociedades letradas", mas sim *grupos de letrados*, elites que detêm o poder social, já que as sociedades não são

fenômenos homogêneos, globais, mas apresentam diferenças internas. Não é necessária uma análise muito minuciosa; basta dar uma olhada em nosso entorno para constatar que a "sociedade brasileira" não é homogênea em relação ao letramento.

5. Fala x Escrita: a perspectiva variacionista

Uma terceira tendência, talvez intermediária entre as duas acima, é a que trata do papel da escrita e da fala sob o ponto de vista dos processos educacionais e faz propostas específicas a respeito do tratamento da variação na relação entre padrão e não-padrão linguístico nos contextos de ensino formal. Aqui se situam os modelos teóricos preocupados com o que se vem denominando *currículo bidialetal*, por exemplo. São estudos que se dedicam a detectar as variações dos usos da língua sob sua forma dialetal. É uma variante da primeira visão, mas com grande sensibilidade para os conhecimentos dos indivíduos que enfrentam o ensino formal.

Neste paradigma não se fazem distinções dicotômicas ou caracterizações estanques. verifica-se a preocupação com regularidades e variações. distingue-se entre:

- | | |
|-----------------|-------------------------|
| - língua padrão | - variedades não-padrão |
| - língua culta | - língua coloquial |
| - norma padrão | - normas não-padrão |

No Brasil, temos seguidores desta linha, entre os quais situam-se Bortoni (1992,1995), Kleiman (1995) e, numa perspectiva um pouco diversa, mas dentro do mesmo espírito, acha-se Soares (1986). Simpatizo grandemente com esta perspectiva, mas não me parece que a questão esteja resolvida. Sociolinguistas como Trudgill (1975) e Labov (1972) já apontavam para a impossibilidade de um desempenho *bidialetal*. O que se pode fazer, sem postular as posições de Bernstein (1971), é imaginar a possibilidade de um domínio do dialeto padrão na atividade de escrita e continuar no dialeto não-padrão no desempenho oral.

Stubbs (1988) também sugere que poderíamos ver as relações entre fala e escrita, em contextos educacionais, como um problema de variação

lingüística. Na verdade, trata-se de um aspecto amplamente admitido hoje, já que as línguas não são homogêneas nem uniformes sob o ponto de vista de seu uso (cf. Milroy, 1992). E as relações fala e escrita dizem respeito a questões de uso da língua. O interessante nesta perspectiva é que a variação se daria tanto na fala como na escrita, o que evitaria o equívoco de identificar a língua escrita com a padronização da língua, ou seja, impediria identificar a escrita como equivalente a língua padrão.

Minha posição é a de que fala e escrita não são propriamente dois *dialeto*s mas sim duas modalidades de uso da língua, de maneira que o aluno, ao dominar a escrita se torna *bimodal*.⁷ Fluente em dois modos de uso e não simplesmente em dois dialetos.

6. Oralidade x escrita: a perspectiva interacional

Uma quarta perspectiva, que a rigor não forma um conjunto teórico sistemático e coerente, mas representa uma série de postulados um tanto desconexos, seria a que trata das relações entre fala e escrita dentro do continuum textual. Caracterizo-a como *visão interacionista* e seus fundamentos centrais baseiam-se na percepção seguinte:

relação dialógica no uso da língua estratégias lingüísticas funções interacionais envolvimento e situacionalidade formulaicidade
--

Este modelo tem a vantagem de perceber com maior sistematicidade a língua como fenômeno dinâmico e ao mesmo tempo estereotipado, voltado para as atividades dialógicas que marcam as características mais salientes da fala. Contudo, padece de um baixo potencial explicativo e descritivo dos fenômenos sintáticos e fonológicos da língua. A rigor, eles fogem aos seus interesses. Por isso mesmo, se concebida na fusão com a visão variacionista, poderia dar resultados mais seguros e com maior adequação empírica e teórica. Talvez seja esse o caminho mais sensato no tratamento das correlações entre formas lingüísticas (dimensão lingüística), contextualidade (dimensão funcional) e interação (dimensão interpessoal) no tratamento das semelhanças e diferenças entre fala e escrita nas

atividades de formulação textual-discursiva. Nesta visão interacional cabem análises de grande relevância que se dedicam a perceber as diversidades das formas textuais produzidas em coautoria (conversações) e formas textuais em autoria (monólogos), que até certo ponto determinam as preferências básicas numa das perspectivas da relação fala e escrita. Além disso, tem-se, aqui, a possibilidade de tratar os fenômenos de compreensão na interação verbal e na interação com o texto escrito, de maneira a detectar especificidades na própria atividade de construção dos sentidos. Como se observa, esta perspectiva orienta-se numa linha discursiva e interpretativa.

Muito fortemente representada. no Brasil, esta linha tem entre seus seguidores mais representativos Preti (1990, 1991, 1993), Koch (1992), Marcuschi (1986, 1992, 1994, 1995) e muitos outros presentes nas obras editadas por Preti (1990, 1993). Esta perspectiva tem grande sensibilidade para as estratégias de organização textual-discursiva preferencial na modalidade falada e escrita.⁸ Também dedica-se com ênfase a observar a presença da fala na escrita e vice-versa.

Em conclusão a estas observações, pode-se dizer que discorrer sobre as relações entre oralidade/letramento e fala/escrita não é referir-se a algo consensual nem mesmo como objeto de análise. Trata-se de fenômenos de fala e escrita enquanto relação entre fatos lingüísticos (relação fala x escrita) e enquanto relação entre práticas sociais (oralidade *versus* letramento).

Como já lembrei, as relações entre fala e escrita não são óbvias nem lineares, pois elas refletem um constante dinamismo fundado no *continuum* que se manifesta entre essas duas modalidades de uso da língua. Também não se pode postular polaridades estritas e dicotomias estanques.

O curioso é que, no geral, quem se dedica aos estudos da relação entre língua falada e língua escrita, sempre trabalha o *texto falado* e raramente analisa a língua escrita. No entanto, suas observações são muitas vezes sob a ótica da escrita. Por outro lado, as afirmações feitas sobre a escrita fundam-se na gramática codificada e não na língua escrita enquanto texto e discurso. Em suma, o que conhecemos não são nem as características da fala como tal nem as características da escrita; *o que conhecemos são as características de um sistema normativo da língua.*

7. Aspectos relevantes para a observação da relação LF x LE

A língua, seja na sua modalidade falada ou escrita, reflete, em boa medida, a *organização da sociedade*. Isso porque a própria língua mantém complexas relações com as representações e as formações sociais. Não se trata de um espelhamento, mas de uma funcionalidade em geral mais visível na fala. É por isso que podemos encontrar muitos correlatos entre variação sociolingüística e variação sociocultural.

Por outro lado, tanto a fala como a escrita refletem formas de *organização da mente* através das próprias representações mentais. Podemos observar que a construção de categorias para a reflexão teórica ou para a classificação são tanto um reflexo da linguagem como se refletem na linguagem. *Seria útil ter presente, desde logo, que, assim como a fala não apresenta propriedades intrínsecas negativas, também a escrita não tem propriedades intrínsecas privilegiadas*. São modos de representação cognitiva e social que se revelam em práticas específicas.

Postular algum tipo de *supremacia* ou superioridade de alguma das duas modalidades é uma visão equivocada, pois não se pode afirmar que a fala é superior à escrita ou vice-versa. Em primeiro lugar, deve-se ter em mente o aspecto que se está comparando e, em segundo, deve-se considerar que esta relação não é homogênea nem constante.

Do *ponto de vista cronológico*, como já observou detidamente Street (1985) a fala tem uma grande precedência sobre a escrita, mas do *ponto de vista do prestígio social* a escrita é vista como mais prestigiosa que a fala. Não se trata, porém, de algum critério intrínseco nem de parâmetros lingüísticos e sim de postura ideológica. Por outro lado, há culturas em que a fala é mais prestigiosa que a escrita.

Mesmo considerando a enorme e inegável importância que a escrita tem nos povos e nas civilizações “letradas”, continuamos, como bem observou Ong (1987) povos orais. A oralidade jamais desaparecerá e sempre será, ao lado da escrita, o grande meio de expressão e de atividade comunicativa. A oralidade enquanto prática social é inerente ao ser humano e não será substituída por nenhuma outra tecnologia. Ela será sempre a porta de nossa iniciação à racionalidade. A oralidade é também um fator de identidade social, regional, grupal dos indivíduos.

A escrita, por sua vez, pelo fato de ser pautada pelo padrão não é estigmatizadora e não serve como fator de identidade individual ou grupal. Isso, a menos que se sirva, como na literatura regional, de traços da reali-

dade lingüística regional.⁹ É interessante notar que, se a fala pode facilmente levar à estigmatização do indivíduo, com a escrita isso acontece bem menos. Parece que a fala, por atestar a variação e em geral pautar-se por algum desvio da norma, tem caráter identificador. É possível que identidade seja um tipo de desvio padrão da norma.

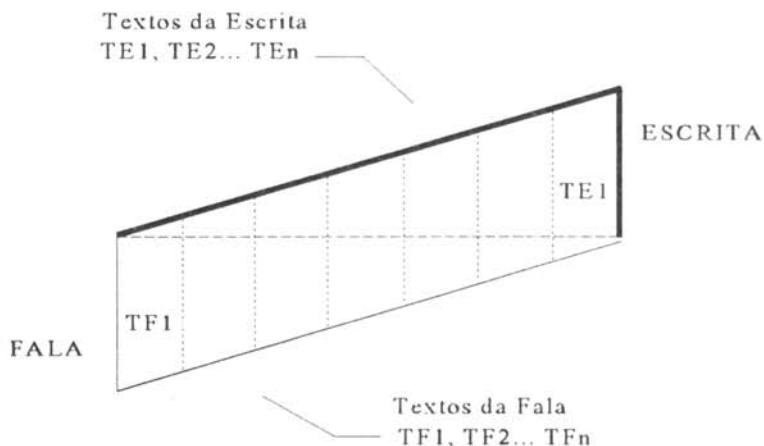
Ponha-se um grupo de indivíduos letrados a escrever um texto sobre o mesmo tema, por exemplo “a inflação na vida do brasileiro” e então observem-se seus textos. É provável que suas *opiniões* sejam objeto de discussão, mas eles não serão estigmatizados ou categorizados pela linguagem como tal. No entanto, se pedirmos aos mesmos indivíduos que “falem” seus textos, ou os produzam oralmente, teremos diferenças e até avaliações que não se deverão ao conteúdo e sim a uma particular forma de “dizer” o conteúdo.

Do ponto de vista dos *usos* quotidianos da língua, constatamos que a oralidade e a escrita não são responsáveis por domínios estanques e dicotômicos. Como já lembrado, há práticas sociais mediadas preferencialmente pela escrita e outras pela tradição oral. Tomemos o caso típico da área jurídica. Ali é intenso e rígido o uso da escrita, já que a Lei deve ser tomada *ao pé da letra*. Contudo, precisamente a área jurídica faz um uso intenso e extenso das práticas orais nos tribunais. Veja-se, que numa mesma área discursiva e numa mesma comunidade lingüística convivem duas tradições diversas, ambas fortemente marcadas. Isso sugere ser inadequado distinguir entre sociedades letradas e iletradas de forma dicotômica. *Oralidade e escrita são duas práticas sociais e não duas propriedades de sociedades diversas.*

O cerne das confusões na identificação e avaliação das semelhanças e diferenças entre a fala e a escrita acha-se, em parte, no enfoque enviesado e até preconceituoso a que a questão foi geralmente submetida e, em parte, na metodologia inadequada que resultou em visões bastante contraditórias. *A fala tem sido vista na perspectiva da escrita e num quadro de dicotomias estritas porque predominou o paradigma teórico da análise imanente ao código.* Enquanto a escrita foi tomada pela maioria dos estudiosos como estruturalmente elaborada, complexa, formal e abstrata, a fala era tida como concreta, contextual e estruturalmente simples (cf. Chafe, 1979, 1982; Ochs, 1979; Kroll, 1977). Contudo há os que julgam que a fala é mais complexa que a escrita (cf. Halliday, 1979 e Poole & Field, 1976). Biber (1986 e 1988) mostrou com clareza que nada é claro nesse terreno de observação.

Uma primeira observação a ser feita é a que diz respeito à própria visão comparativa da relação entre fala e escrita. Quando se olha para a escrita tem-se a impressão de que se está contemplando algo *naturalmente* claro e definido. Tudo se passa como se ao nos referirmos à escrita estivessemos apontando para um fenômeno se não homogêneo, pelo menos bastante estável e com pouca variação. O contrário ocorre com a consciência espontânea que se desenvolve a respeito da fala. Esta se apresenta como variada e, curiosamente, não nos vem à mente em primeira mão a fala padrão. É o caso de dizer que fala e escrita são intuitivamente construídos como *tipos ideais* concebidos com princípios opostos e que não correspondem a realidade alguma, a menos que identifiquemos um fenômeno que as realize.

A hipótese aqui defendida supõe que: *As diferenças entre fala e escrita se dão dentro do continuum tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois pólos opostos*. Em consequência, temos a ver com correlações em vários planos, surgindo daí um *conjunto de variações* e não uma simples variação linear. O gráfico a seguir dá uma noção esquemática dessa postura.¹⁰



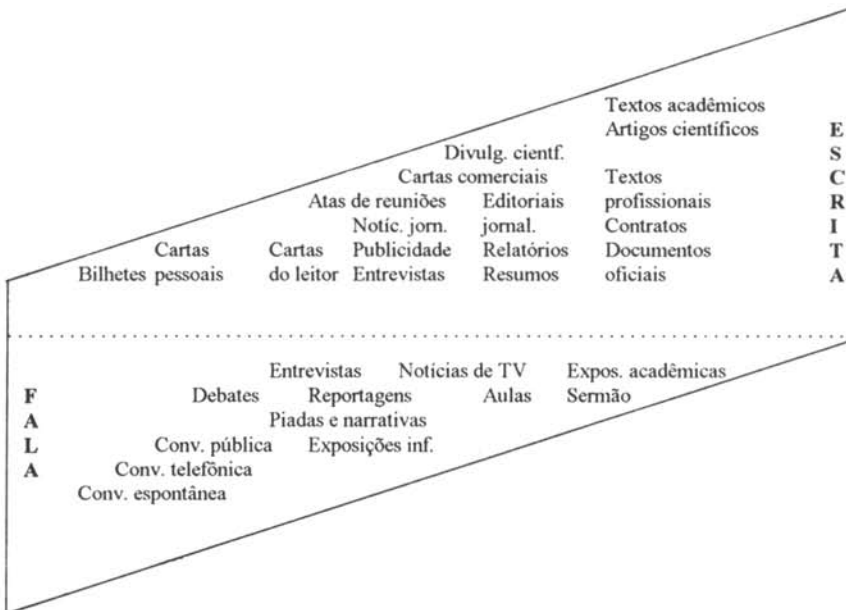
Neste gráfico, observa-se que tanto a fala como a escrita se dão em *dois contínuos*:

(a) na linha dos diversos tipos de texto (*TF1, TF2...TFn e TE1, TE2...TEn*)

(b) na linha das características específicas de cada modalidade.

Assim, um determinado texto falado, por exemplo, uma conversação espontânea, seria o *TF1* e representaria o *protótipo* dessa modalidade, não sendo aconselhável compará-lo ao *TE1* que seria o protótipo da escrita. Uma primeira explicitação dessa hipótese poderia ser assim enunciada: *O contínuo tipológico distingue e correlaciona os textos de cada modalidade quanto às estratégias de formulação textual que determinam o contínuo das características que distinguem as variações das estruturas, seleções lexicais etc. Tanto a fala como a escrita se dão num contínuo de variações, surgindo daí semelhanças e diferenças ao longo de dois contínuos sobrepostos.*

DISTRIBUIÇÃO DOS GÊNEROS TEXTUAIS NO CONTÍNUO



Com isto, descobrimos que, comparando uma carta pessoal em estilo descontraído com uma narrativa oral espontânea, haverá menos diferenças do que entre a narrativa oral e um texto acadêmico escrito. Por outro lado, uma conferência universitária preparada com cuidado terá maior semelhança com textos escritos do que com uma conversação espontânea.

Veja-se, por exemplo, o equívoco de muitos autores que consideram a fala como *dialogada* e a escrita como *monologada*, confundindo uma das formas de textualização da fala com a própria modalidade de uso da língua. Também a idéia de *planejamento* não passa de uma perspectiva ou critério de observação do contínuo e não como característica de uma das duas modalidades. Biber (1988) referiu-se a essas impropriedades na observação tomando-as como equívocos metodológicos que levaram os autores a posições contrárias a propósito dos mesmos problemas.

Isto equivale a dizer que tanto a fala como a escrita apresentam um *continuum de variações*, ou seja, *a fala varia e a escrita varia*. Assim, a comparação deve tomar como critério básico de análise uma relação fundada no *continuum* dos gêneros textuais para evitar as dicotomias estritas.

Certamente, o sucesso da análise dependerá também da concepção de língua que fundamentará a perspectiva teórica, bem como da idéia de funcionamento da língua. No presente caso, parte-se da noção de *funcionamento da língua* como fruto também das *condições de produção*, ou seja, da atividade de produtores/receptores de textos situados em contextos reais e submetidos a decisões que seguem estratégias nem sempre dependentes apenas do que se convencionou chamar de *sistema lingüístico*. Daí a necessidade de se adotar um componente funcional para analisar a relação fala x escrita enquanto modalidades de uso.

A concepção de *sistema*, tal como utilizada aqui, não deveria conter mais do que a noção básica de estrutura virtual, ou seja, constructo abstrato e teórico desenvolvido como objeto da teoria e não tomado como fato empírico. A *língua* se realiza essencialmente como heterogeneidade e variação e não como sistema único e abstrato.

Com isso, toda vez que emprego a palavra *língua* não me refiro a um sistema de regras determinado, abstrato, regular e homogêneo, nem a relações lingüísticas imanentes. Ao contrário, minha concepção de língua pressupõe um fenômeno *heterogêneo* (com múltiplas formas de manifes-

tação), *variável* (dinâmico, suscetível a mudanças), *histórico e social* (fruto de práticas sociais e históricas), *indeterminado* sob o ponto de vista semântico e sintático (submetido às condições de produção) e que se manifesta em situações de uso concretas como *texto e discurso*. Portanto, *heterogeneidade e indeterminação* acham-se na base da concepção de língua aqui pressuposta (cf. obs. a respeito em Franchi, 1977).

Os sentidos e as respectivas formas de organização lingüística dos textos se dão no uso da língua como atividade situada. Isto se dá na mesma medida, tanto no caso da fala como da escrita. Em ambos os casos temos a contextualização como necessária para a produção e a recepção, ou seja, para o funcionamento pleno da língua. Literalidade e não-literalidade dos itens lingüísticos e dos enunciados são aspectos que não podem ser definidos *a priori*, mas em contextos de uso.

Com base nessa concepção, fica de antemão eliminada uma série de distinções geralmente feitas entre fala e escrita, tais como a *contextualização (na fala) vs. descontextualização (na escrita)*, *implicitude (na fala) vs. explicitude (na escrita)* e assim por diante, o que mostra nossa diferença em relação a certos modelos analisados acima.

Em suma, partindo da noção de língua e funcionamento da língua tal como concebidos aqui, surge, como hipótese forte, a suposição de que as diferenças entre fala e escrita podem ser frutiferamente vistas e analisadas na perspectiva do *uso* e não do *sistema*. E neste caso, a determinação da relação fala-escrita torna-se mais congruente levando-se em consideração não o código, mas os usos do código. Central, neste caso, é a eliminação da dicotomia estrita e a sugestão de uma diferenciação gradual ou escalar.

ABSTRACT

Based on the premise that it is not possible to analyze the relation between oral and written language by concentrating only on the linguistic code, this essay considers the totality of discursive production as a social practice and analyzes the contexts of production, the uses and forms of oral and written transmission in daily life. To this end a double distinction is proposed between: (a) *orality* and *literacy* as social practices, and (b) *speech* and *writing* as modes of use. The first distinction is based on the observation of sociocommunicative reality and the second, on linguistic facts. Several current theo-

retical tendencies are examined. All perspectives that polarize the relation between oral and written language are rejected, while a position focusing on the multifactorial relation between the two practices within a continuum of uses and genres that rejects intrinsic properties, both negative and positive, of these practices, is adopted.

NOTAS

1. Pesquisa financiada pelo CNPq num Projeto integrado sob o título geral de “*Fala e Escrita: Usos e Características*” acha-se em andamento no Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Pernambuco, desde março de 1995. Do projeto, participam os seguintes pesquisadores: Judith Hoffnagel (coordenadora), Luiz Antônio Marcuschi e Doris Carneiro da Cunha. Outros dez bolsistas de Iniciação Científica e Aperfeiçoamento colaboram na investigação. Até junho de 1995, foram feitos levantamentos de pouco mais de 500 informantes sobre os usos da fala e da escrita nos diversos contextos da vida diária. Um dos resultados mais surpreendentes foi a constatação de que poemas e cartas são os textos mais freqüentes, na escrita, sobretudo por parte das mulheres, mas também dos homens. O tempo diário empregado com a escrita não passa de 5% do total do tempo em vigília, quando atinge o máximo, sendo que com a leitura, usa-se um pouco mais. A grande parte do tempo é utilizada com a comunicação oral, o que caracteriza nossa sociedade, indistintamente de classe social, idade, formação, profissão, como profunda e essencialmente oralista. A escrita é quase sempre um recurso com características de especialização, pois em cada setor, há fórmulas mais ou menos consagradas. Mesmo universitários usam pouco a escrita e se não tivessem que fazer deveres escolares, quase nada escreveriam.
2. Esta foi uma outra descoberta surpreendente feita nas investigações do projeto citado há pouco (cf. nota 2.). Em todas as áreas de trabalho há alguém que se especializa nas atividades de produção textual específica. Até mesmo os chefes e diretores de empresa recorrem a essa pessoa. Não é por nada que as secretárias (com redação própria) são muito valorizadas e prezadas. Este é um fato interessante que atinge todas as esferas e áreas do trabalho.

3. Outro fato curioso observado na investigação citada na nota 2 acima é que um dos usos mais sistemáticos e intensos da escrita em desempenhos que não exigem estruturas textuais é a confecção de listas. As listas são de todo tipo e para todo momento. É só entrar num supermercado e quase toda a mãe ou todo pai de família está com uma lista de compras na mão. Isto inclusive em camadas sociais populares.
4. Não serão feitas aqui muitas alusões a autores, mas dois deles podem ser aqui citados como os que mais se empenharam na defesa desta tese. São eles D. Olson e J. Goody. Não se pode ignorar também W. Ong, S. Scribner, M. Cole, entre outros. Algumas observações sobre estes autores estão sendo colocadas mais adiante nesta exposição. Não obstante sua posição às vezes radicais, D. Olson faz afirmações que põem a fala e a escrita no contexto da linguagem como faculdade humana. "*A faculdade da linguagem situa-se no centro de nossa concepção de gênero humano; a fala nos torna humanos e a escrita nos torna civilizados. Assim, é interessante e importante considerar o que é distintivo acerca da língua escrita e considerar as consequências da letração para os preconceitos que isso importa tanto para nossa cultura como para os processos psicológicos.*" (1977:257)
5. Eric Havelock. *Origins of Western literacy*. Toronto, Ontario Institute for Studies in Education, 1976. p.12. Citado a partir de Graff, 1995.
6. Imagino que seria interessante pensar aqui na distinção lembrada por Ginsburg (*O Queijo e os Vermes*, 1987:17-20) quando ele diz que a dita *cultura popular* é transmitida essencialmente pela via da oralidade e que isto oferece aos historiadores um enorme problema, já que eles estão relegados à análise de documentos escritos. Para Ginsburg existe uma "*cultura produzida pelas classes populares*" e uma "*cultura imposta às classes populares*". A primeira seria aquela que Rabelais representou em suas obras que tanto incomodaram os donos do poder em sua época, e a segunda seria a representada pelos almanques e até mesmo por muitos manuais escolares. Já outra coisa bem diversa é a "*cultura de massa*" que se caracteriza como produto de uma *indústria cultural* massificada.

7. Observações sistemáticas a este respeito fiz em livro que deverá sair brevemente com o título: *O Tratamento da Oralidade no Ensino de Língua*.
8. Trabalho sistemático vem sendo desenvolvido pelo grupo dedicado aos estudos da organização textual-discursiva na fala (coordenado por Ingedore V. Koch), no contexto do projeto da *Gramática do Português Falado*, dirigido por A. de Castilho. (Cf. Castilho 1990, 1993, Ilari 1993).
9. Valeria a pena perguntar-se porque a *literatura de Cordel* identifica de modo tão nítido o nordestino. Também é interessante indagar-se em que partes de suas obras Graciliano Ramos e José Américo de Almeida ou José Lins do Rego são identificados como literatura nordestina. Com certeza não são seus temas, mas sim os diálogos de suas personagens.
10. Para algumas das observações a seguir e mesmo para a montagem destegráfico, baseei-me em Koch & Österreicher (1990).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNSTEIN, Basil. *Class, Codes and Control*. London: Routledge & Kegan Paul Ltd., 1971. V.1.
- BIBER, Douglas. Spoken and Written Textual Dimensions in English: Resolving Contradictory Findings. *Language*, v.62, p.384-414, 1986.
- _____. *Variation Across Speech and Writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- BLANCHE-BENVENISTE, Claire. A escrita da linguagem domingueira. In: FERREIRO, E., PALACIO, M. G. (Eds.) *Os Processos de Leitura e Escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990, p.195-212., 3.ed.
- BORTONI, Stella Maris. Educação Bidialetal - O que é? É possível?. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n.7, p.54-65, 1992.
- _____. Variação lingüística e atividades de letramento em sala de aula. In: KLEIMAN, A. (Org.). *Os Significados do Letramento*. Campinas: Mercado de Letras, p.119-144, 1995.
- BROWN, Gilian & George YULE. 1983. *Discourse Analysis*. Cambridge, Cambridge University Press.

- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.). *Gramática do Português falado*. Vol. 1: A Ordem. Campinas: Editora da UNICAMP/ FAPESP, 1990
- _____. (Org.). *Gramática do Português Falado*. Vol. III: As Abordagens. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1993.
- CHAFE, Wallace. 1982. Integration and Involvement in Speaking, Writing, and Oral Literature. In: TANNEN, D. (ed.) *Spoken and Written Language: Exploring Orality and Literacy*. Norwood: N.J. Ablex, 1982, p. 35-53.
- _____. Speaking, Writing, and Prescriptivism. In: SCHIFFRIN, D. (ed.). *Meaning, Form, and Use in Context: Linguistic Applications*. Georgetown: Georgetown University Press, 1984, p. 95-103.
- _____. Linguistic Differences Produced by Differences between Speaking and Writing. In: OLSON, D.R, TORRANE, N., HYLDIARD, A. (eds.). *Literacy and language Learning*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p.105-123.
- COOK-GUMPERZ, Jenny (ed.) *A Construção Social da Alfabetização*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- FRAGO, Antonio Viñao. *Alfabetização na Sociedade e na História. Vozes palavras e textos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FRANCHI, Carlos. Linguagem - atividade constitutiva. *Almanaque 5*, p. 9-27, 1977.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, Escrita e Poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- GOODY, Jack. *The Logic of Writing and the Organization of Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- _____. *The Interface Between the Written and the Oral*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- GRAFF, Harvey J. *Os Labirintos da Alfabetização*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- GUMPERZ, John. *Discourse Strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- HALLIDAY, M.A.K. *Spoken and Written Language*. Oxford: Oxford University Press, 1985.
- HALLIDAY, M.A.K, R. HASAN. *Language, Context and Text: Aspects of language in a Social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

- HAVELOCK, Eric. *Origins of Western literacy*. Toronto, Ontario Institute for Studies in Education, 1976.
- HYMES, Dell. On communicative competence. In: PRIDE, J. B., HOLMES, J. (eds.) *Sociolinguistics*. Baltimore: Penguin Books, 1972, p.269-93.
- ILARI, Rodolfo (Org.). *Gramática do Português Falado. Vol II: Níveis de Análise Lingüística*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- KLEIMAN, Ângela. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: _____. (Org.) *Os Significados do Letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 1995, p.15-61.
- KOCH, Ingedore V. *A Inter-Ação pela Linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.
- KOCH, Peter & Wulf ÖSTERREICHER. *Gesprochene Sprache in der Romania: Französisch Italienisch, Spanisch*. Tübingen: Niemeyer, 1990.
- LABOV, William. *Sociolinguistics patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. *A Repetição na Língua Falada: Formas e Funções*. Recife, 1992. Tese (Concurso para Titular em Lingüística) - Universidade Federal de Pernambuco.
- _____. Contextualização e explicitude na relação entre fala e escrita. In: CONGRESSO SOBRE FALA E ESCRITA, 1994, Maceió (Mimeogr.).
- _____. *O Tratamento da oralidade no Ensino de Língua*. (Em andamento, devendo ser concluído em 1995).
- MILROY, James. *Linguistic Variation and Change. On the Historical Sociolinguistics of English*. Oxford: Basil Blackwell, 1992.
- OCHS, Elionor. Planned and Unplanned Discourse. In: T. GIVÓN (ed.). *Discourse and Syntax, Syntax and Semantics*. New York: Academic Press, 1979, p.51-80.
- OLSON, David R. From Utterance to Text. The Bias of Language in Speech and Writing. *Harvard Educational Review*, v.47, n.3, 258-281, 1977.

- ONG, Walter. Writing is a Technology that Restructures Thought. In: BAUMANN, G.(ed.). *The Written Word. Literacy in Transition*. Oxford: Clarendon Press, 1986, p.23-50.
- _____. *Oralidade e Literabilidade. Die Technologisierung des Wortes*. Darmstadt: Westdeutscher Verlag, 1987. (Trad. do orig. Ingl. de 1982: *Orality and Technologizing of the Word*.)
- POOLE, Millicent E., FIELD, T.W. A comparison of oral and written code elaboration. *Language and Speech*, n.19, p.305-311, 1976.
- PRETI, Dino. *A Linguagem dos Idosos*. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. (ed.). *Análise de Textos Oraís*. São Paulo: FFLCH/USP, 1993.
- SCRIBNER, S., COLE, M. *The Psychology of Literacy*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1981.
- SOARES, Magda Becker. *Linguagem e Escola: Uma Perspectiva Social*. São Paulo: Ática, 1986.
- STREET, Brian V. *Literacy in Theory and Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- STUBBS, Michael. *Language and Literacy: The Sociolinguistics of Reading and Writing*. London: Routledge & Kegan Paul, 1980.
- _____. *Educational Linguistics*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- TANNEN, Deborah. Spoken and Written Language and the Oral/Literate Continuum. In: *Proceedings of the Sixth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, 1980, p.207-218.
- _____. *Spoken and Written Language: Exploring Orality and Literacy*. Norwood: N.J. Ablex, 1982.
- _____. *Coherence in Spoken and Written Discourse*. Norwood: N.J. Ablex, 1984.
- _____. Relative Focus on Involvement in Oral and Written Discourse. In: OLSON, D. R. et al. (eds.). *Literacy, Language and Learning*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p.124-147.
- TEXT 11-1 (1991). (Número especial dessa Revista com artigos sobre a oralidade e a escrita, com textos de HOROWITZ, OLSON, NYSTRAND/ WIEMELT, CHAFE, BIBER e outros.)
- TFOUNI, Leda Verdiani. *Adultos Não Alfabetizados: O avesso do Averso*. São Paulo: Pontes, 1988.
- TRUDGILL, Peter. *Accent, Dialect and The School*. London: Edward Arnold, 1975.